

A festa do orçamento nas mãos do Congresso

VICENTE DIANEZI

A Comissão Mista do Congresso que examina o orçamento da União, das empresas estatais e da seguridade social para 1991 distribuiu entre políticos Cr\$ 1,3 trilhão em obras a serem executadas no ano que vem. Foram aprovados a toque de caixa 56 pareceres setoriais que agora comporão um relatório final para, em plenário, ser votado por deputados e senadores. A peça que envolvia recursos da ordem de Cr\$ 9,4 trilhões quando saiu do Ministério da Economia, em setembro passado rumo ao Congresso, foi inflada com outros Cr\$ 752 bilhões — e passou para um total de Cr\$ 10,1 trilhões permitindo que novas despesas fossem fixadas pelos parlamentares.

Sem quorum

“Os relatórios foram aprovados sem quórum”, denuncia o deputado gaúcho Antonio Brito (PMDB), ao lembrar que o número exigido seria o de maioria absoluta, isto é, 49 dos 98 membros da comissão. “Mas não havia nem 20 presentes”, ela continua. Assim, para legalizar os trabalhos, como prevê o regimento, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da co-



Collor almoçou ontem com o primo da rainha Elizabeth. À tarde, desceu a rampa na companhia de alunos, professores e atletas.

missão, lançou mão de um artifício: instalou uma sessão no dia 28 de novembro passado com presença suficiente e não encerrou os trabalhos, baseando-se num dispositivo regimental, segundo o qual, as reuniões durarão o tempo necessário a juízo da presidência.

“Essa decisão é inconstitucional porque o Congresso não pode rever as receitas”, diz o deputado tucano José Serra (SP), pa-

ra acrescentar: “Se os valores estavam subestimados só o governo poderia fazer a revisão”. Os parlamentares acharam novos valores para o ITR (Imposto Territorial Rural): mais Cr\$ 26,8 bilhões; IOF (Imposto sobre Operações Financeiras): mais Cr\$ 107 bilhões; Contribuição para o Fundo de Investimento Social: mais Cr\$ 294 bilhões; Contribuição Social sobre os Lucros das Empresas: mais Cr\$ 2,7

bilhões; lucro do Banco Central: mais Cr\$ 225 bilhões e remuneração dos recursos do Tesouro Nacional: mais Cr\$ 95 bilhões.

Com a ampliação desses limites, os parlamentares não precisaram ser comidos. O deputado Lucio Alcântara (PFL-CE), relator do setor de saúde, por exemplo, acatou 61 emendas que ele próprio apresentou, para reaparar hospitais no Ceará e implantar sistemas de esgoto, em Minas Gerais, entre outras obras. O senador João Calmon (PMDB-ES), relator do setor de educação, não deixou por menos — e acolheu 47 emendas suas para planejamento, investimento e aperfeiçoamento do pessoal do setor. Os parlamentares só não foram bem-sucedidos com o deputado João Carlos Bacelar (PMDB-BA), relator do orçamento da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Ele recusou todas as 361 emendas apresentadas com o mesmo argumento: não há recursos. E frustrou o deputado pernambucano Nilson Gibson de seu partido. Gibson queria a destinação de Cr\$ 20 milhões para “apoio ao cidadão, à família e ao adolescente” do município de Belo Jardim no seu Estado.